

Legislação	Vigência	Regula	Obs:
Lei Federal Número 12.527\11	18\11\2011	Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no <a href="#">inciso XXXIII do art. 5º</a> , no <a href="#">inciso II do § 3º do art. 37</a> e no <a href="#">§ 2º do art. 216 da Constituição Federal</a> .	
Lei Estadual Número 14.804\12	29\10\2012	Fica garantido o direito fundamental de acesso às informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, consoante normas gerais disciplinadas na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	
Decreto Estadual Número 38.787\12	30\10\2012	Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei no 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do caput do artigo 50, no inciso II do § 30 do artigo 37 e no § 20 do artigo 216, todos da Constituição Federal.	
Lei Federal Número 13.460\12	26\06\2012	Dispõe sobre participação, proteção e defasados direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.	<b>Capítulo 4 das Ouvidorias</b>

<b>Lei Federal</b> <b>Número 13.709\18</b>	<b>14\08\2018</b>	<b>Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).</b>	
<b>Lei Estadual</b> <b>Número 16.420\18</b>	<b>17\09\2018</b>	<b>Esta Lei estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública estadual.</b>	<b>Capítulo 5 das Ouvidorias</b>
<b>DECRETO FEDERAL</b> <b>NÚMERO</b> <b>10.474\20</b>	<b>26\08\2020</b>	Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, na forma dos Anexos I e II.	
<b>DECRETO ESTADUAL</b> <b>Nº</b> <b>49.265\20</b>	<b>06\08\2020</b>	<b>Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual em consonância com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).</b>	
<b>PORTARIA ESTADUAL</b> <b>NÚMERO 032\20</b> <b>SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO PE</b>	<b>02\09\2020</b>	<b>Dispõe sobre o Pedido Sigiloso de Acesso à Informação.</b>	

